

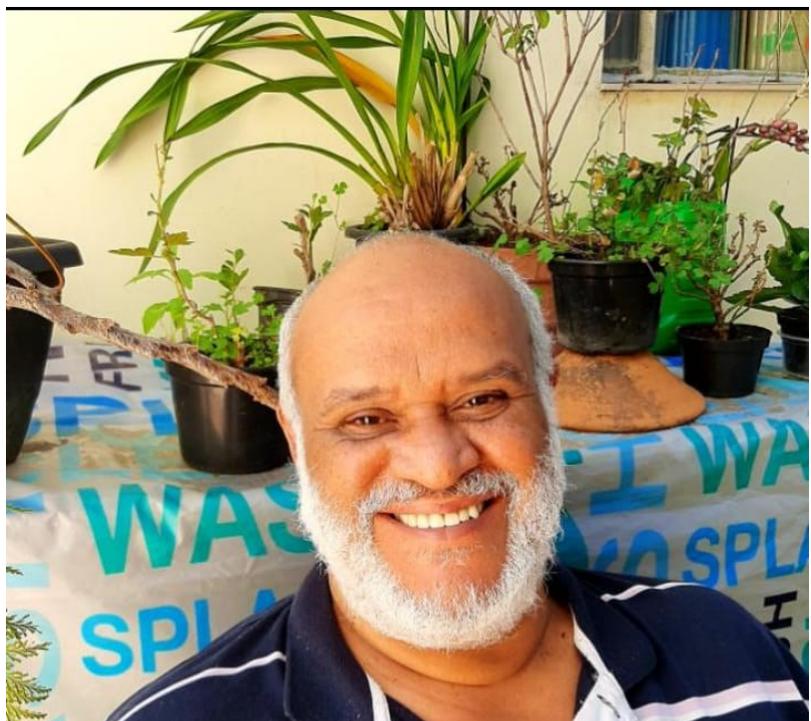
COLUNA

(DES)PENSAR AS COLONIALIDADES PARA A FORM(AÇÃO) DOCENTE

Mariana Fernandes dos Santos

LÍNGUA MATERNA? PARA QUEM?

Nas palavras do Babalorixá Antônio Carlos Vieira (2021)¹, a comunicação é a mola propulsora em todos os meandros, para ele, no universo dos Orixás não é diferente, em que temos como alavancador e administrador da comunicação, o orixá Exu. Segundo o Sacerdote citado, na cultura iorubana, Exu é quem faz o trânsito de toda comunicação com os orixás. “Exu leva nossos pedidos e agradecimentos às divindades, seja qual for o idioma e linguagem usada. Exu transforma e interpreta as respostas e mensagens as divindades, de forma entendível ao ser humano. Exu é o comunicar incontestável” (VIEIRA, 2021).



Babalorixá Antônio Carlos Vieira. Foto: Arquivo pessoal.

Para iniciar algo é preciso retomar o princípio, pedir licença a quem veio antes, quem vem primeiro, e quando tratamos sobre linguagem, sobre comunicação, Ele, o representante grande deve ser lembrado. Aqui ele não

¹ Ensinamentos diários às/aos filhas/os e público externo da casa que lidera na cidade de Praia Grande- São Paulo.

somente é lembrado, mas também fundamenta os dizeres, por meio das sábias palavras do Baba Antônio. Que Ele(s) abra(m) nossos caminhos...!

Iniciar com Exu é já trazer a necessidade de enunciar, externar todo processo de apagamento das referências linguísticas de diferentes povos na constituição da sociedade, já que Exu faz parte da cultura africana atravessando também as relações culturais de religiosidade. É preciso que aprendamos com diferentes culturas africanas a identificar e resgatar as vozes silenciadas. As divindades africanas nos ensinam com o Ilá de Orixá, que comunica com o grito, que eles estão entre nós, que a natureza está nos dizendo que ela está e é vida entre os seres e que as nossas trajetórias e narrativas dizem muito nas nossas enunciações, nos “nossos gritos”! Já acrescentando a tudo isso a importância de um debate curricular e de ação docente que considere as filosofias exurianas de linguagem, de cosmovisão africana, para a discussão sobre teorias da comunicação entre outras discussões no campo das ciências das linguagens, promovendo dessa maneira, o trânsito e a fronteira transcultural, rasurando as barreiras postas à língua(gem).

Nessa ginga, o caminho de trilha nesta escritura é problematizar e tensionar o que nos foi dito por tanto tempo em relação a termos apenas uma língua como referência, chamada de materna, sendo essa, limitada à Língua Portuguesa, aquela do colonizador, do opressor, impondo assim a máscara da mudez que Krada Kilomba (2019) já nos sinalizou, representando a tortura da política de silenciamento que afetou/afeta os nossos corpos de forma física, espiritual, emocional, epistêmica e de tantas outras formas. São apagamentos que têm se propagado dentro dos processos de colonialidade, ao ponto de virarem normas oficiais como língua pátria, língua nacional, nos espaços de privilégios, como a escola, nas formações iniciais e continuadas docentes, não sendo diferente em muitos espaços não escolarizados, refletindo nos cotidianos das pessoas. Algo tão naturalizado que quando tensionamos, causa estranheza, medo ou repulsa.

Essa oficialização é iniciada e mantida desde tempos da invasão do Brasil e referendada por meio de ações como a Reforma Pombalina, que instituiu obrigatório o ensino da língua portuguesa e “desautorizou” o uso de qualquer outra língua no país, com a justificativa racista e xenofóbica. Atualizando o projeto de colonialidade institucionalizado, o artigo 13 da atual Constituição Brasileira (ainda) determina a língua portuguesa como o idioma oficial da República Federativa do Brasil, mais uma vez as identidades linguísticas são definidas hegemonicamente considerando espaços de privilégio, toda a complexidade de uma língua, reduzida de forma generalizada aos gabinetes e aos atos administrativos, ou seja, uma língua oficializada e denominada como língua portuguesa (língua materna) em território brasileiro.

Audre Lorde (1977) explica que nós mulheres fomos socializadas para respeitar mais ao medo que as nossas próprias necessidades de linguagem e definição, e enquanto a gente espera em silêncio por aquele luxo final do destemor, o peso do silêncio vai terminar nos engasgando, isso diz muito sobre o porquê de nomear/relacionar repertórios linguísticos, de língua materna. A maternagem sempre teve o controle político do patriarcado, que romantiza e ao mesmo violenta a quem é dado o lugar da maternidade de forma sexista. É mais uma vez determinar que a mãe, a língua mãe, deve dar conta de tudo por meio da maternagem generalizada, além disso unificar algo que é diverso, complexo e de livre movimento, como assim são as línguas, é atribuir à maternagem, o peso da colonialidade de unificação linguística, à revelia das vivências languageiras translíngues.

Então, quando foi que esquecemos (esquecemos?) de perguntar às escolas, aos currículos de ensino de língua portuguesa, às formações docentes em Letras e de outras áreas também que tratam sobre os estudos da linguagem: onde estão as línguas africanas, indígenas, línguas de sinais entre outras e toda as suas complexidades? Por que apenas uma língua como referência para tantos territórios e identidades? As respostas a essas perguntas retóricas

explicam o processo de apagamento de identidades linguísticas, provocando o lingüicídio.

Mignolo (2005) no diz que os processos de colonialidades são constituídos de violências pelo apagamento epistêmico, eles marcaram uma geopolítica linguística, já que as línguas coloniais ou imperialistas, identificadas no grego e na sequência no latim em tempo antigos e, mais modernamente, o italiano, português, inglês, silenciaram as línguas nativas e estabeleceram o monopólio linguístico, ocasionando a subversão da cosmovisão não europeias. Nessa perspectiva, podemos afirmar que a linguagem foi/é um meio de silenciar povos e sua cultura, mas também entendemos que ela possa ser um caminho para denunciar os silenciamentos e apagamentos culturais, como fazemos brevemente neste texto.

Lélia Gonzalez (1988), quem muito se ocupou com as investigações sobre as influências das línguas africanas na fala brasileira, defendeu que o português deveria ser nomeado de Pretuguês, considerando as características da língua portuguesa falada no território brasileiro, diante das diferentes culturas que aqui já estavam ou que migraram, marcando especialmente na oralidade, características transculturais. Nesse sentido, o monolinguismo, o centralismo e purismo linguístico postos nas ações de vida, de ensino e de formação docente são frutos de processos coloniais de racismo linguístico.

Temos agora ainda mais oportunidades de (d)enuciar sobre a necessidade de se trabalhar os diferentes repertórios linguísticos e não somente (não mais) uma língua como referência materna, afinal, o memoricídio nos levou/leva aos “esquecimentos” da necessidade de nos questionarmos olhando nos espelhos que a vida nos comunica sobre o que estamos refletindo ou ainda se estamos vivendo dos reflexos impostos pelos projetos coloniais, no intuito de buscarmos estratégias para rasurar/romper com as normatizações determinadas por políticas de linguagem e de silenciamentos que se normalizam nos discursos

e nas ações cotidianas e em diferentes espaços, naturalizando opressões e apagamentos.



MARIANA FERNANDES DOS SANTOS

Filha de Dona Nalva e Mãe de Ana Flor. Doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências (UFBA). Mestra em Estudo de Linguagens(UNEB). Especialista em Literatura Africana, Indígena e Latina (UNIBF).Especialista em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura (FACSA-BA).Especialista em Educação a Distância(UNEB).Possui graduação em Letras-Vernáculas (UNEB) e em Pedagogia (UNIBF). Atualmente é Docente de Língua Portuguesa e

Literatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- IFBA , atua na Educação Profissional e Tecnológica e Currículo Integrado, nos níveis de Ensino Médio Integrado ao Técnico, Técnico Subsequente, Graduação e Pós-Graduação. Docente permanente do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT do IFBA. Atuou como Leitora Crítica do PNLD 2020 (MEC).Colunista da revista África e Africanidades (ISSN 1983-2354). Diretora Acadêmica do IFBA-Eunápolis. Desenvolve estudos em grupos de pesquisas do IFBA e interinstitucionais nas áreas de Educação Profissional e Tecnológica, Currículo, Formação docente, Educação e Tecnologias, Análise do discurso em movimentação decolonial, Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: Política linguística, Educação Linguística, Letramentos, Interculturalidade, De(s)colonialidades, Gênero ,Relações Étnico-raciais, Sexualidade e Pedagogias da diferença. Membro da Associação Brasileira de Pesquisadoras/es Negras/os (ABPN). Membro da Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB). Membro do Observatório Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica - OIIIIPe. Membro da Rede de Pesquisadores Negres de Estudos da Linguagem (REPENSE).

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

GONZALEZ, Lélia. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. **Tempo Brasileiro**, nº. 92/93, Rio de Janeiro, jan./jun.1988.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Editora Cobogó, 2019.

LORDE, A. A transformação do silêncio em linguagem e ação. Comunicação de Audre Lorde no painel “**Lésbicas e literatura**” da Associação de Línguas Modernas em 1977.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

VIEIRA, Antônio Carlos. **Notas dos ensinamentos às/aos filhas/filhos**. Babalorixá do culto iorubano a orixá. São Paulo: Praia Grande, 2021.